



## **CNI E GOVERNADORES DA REGIÃO NORTE DISCUTEM POLÍTICA REGIONAL E REFORMA TRIBUTÁRIA**

Os Governadores dos Estados da Região Norte – Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins – reuniram-se em Manaus com a CNI e os dirigentes das Federações Estaduais representativas da indústria desses Estados, com o objetivo de buscar pontos de consenso e viabilizar avanços na implementação de uma reforma tributária que tenha como foco a competitividade dos produtos brasileiros, o crescimento da produção, a geração de emprego e a efetiva integração nacional das diversas regiões do País.

1. Os Governadores e os representantes da indústria da Região Norte compartilham a visão de urgência nas necessárias mudanças no sistema tributário brasileiro que promovam o desenvolvimento do país e a melhoria do sistema tributário. Há consenso em relação à necessidade de uma redefinição do pacto federativo que assegure maior coesão entre os entes da federação e a efetiva redução das disparidades regionais.
2. Na visão dos participantes, a diversidade e complexidade da economia brasileira podem e devem ser compatíveis com um sistema tributário que produza harmonia entre os entes federados e assegure aos agentes produtivos o ambiente de negócios adequado à competitividade dos produtos brasileiros e viabilize a simultânea integração do mercado nacional e da economia brasileira à economia mundial.
3. Há consenso que a reforma tributária deve ter como objetivo um sistema com segurança jurídica, estabilidade de regras e compatível com as necessidades da integração competitiva das empresas brasileiras aos mercados mundiais. A redução da complexidade, desoneração das exportações e dos investimentos e a simplificação burocrática devem estar na base das mudanças.
4. Uma preocupação dominante entre os participantes – considerada condição essencial para avanço na discussão e implementação da reforma – é a redefinição de uma política nacional de desenvolvimento regional. Um fator que contribuiu para as dificuldades atuais no andamento da reforma foi a ausência de instrumentos e mecanismos nacionais efetivos de promoção do desenvolvimento das regiões com defasagem econômica. Esta situação acirra tensões entre os entes federativos e tem dificultado avanços substantivos na reforma tributária.
5. A insuficiência das políticas federais ensejou a implantação de programas e políticas estaduais de desenvolvimento com amplo uso de instrumentos fiscais. O avanço na reforma demanda a substituição desses mecanismos

por uma política federal e a implementação de regras de transição que assegurem os contratos existentes, recepcione programas estaduais atuais de atração de investimentos, bem como a manutenção de políticas exitosas e instrumentos existentes de desenvolvimento, como a Zona Franca de Manaus.

6. Os participantes discutiram as distorções operacionais do atual sistema tributário, como é o caso de créditos tributários não utilizados pelas empresas nas exportações, os quais geram tensões à harmonia entre Estados e o setor produtivo. Os participantes enfatizaram a importância de o governo central reconhecer sua responsabilidade na busca de uma solução do problema, posto que a política de promoção exportações deve ser de responsabilidade federal. Devem-se criar novos mecanismos permanentes, que assegurem o ressarcimento às empresas.
7. Houve o reconhecimento de que a oportunidade de se avançar no aperfeiçoamento do sistema tributário não deve ser perdida e que todos os esforços devem ser orientados para que o Brasil avance na direção da modernização do seu sistema tributário, uma condição importante para a garantia de um ciclo de crescimento sustentável da economia brasileira.

Manaus, 19 de julho de 2007